

>> *Temática Especial*

Adolescentes-Jovens e o Grêmio estudantil na escola pública: questões sobre participação

Plínio Xavier de Figueirôa¹
Humberto da Silva Miranda²

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar a participação de estudantes através do grêmio estudantil. Buscou entender a organização do grêmio estudantil, como está sendo construída essa participação na escola e como isso tem impactado na vida dos estudantes fora do cotidiano escolar. Fundamentada na metodologia qualitativa, especificamente em um estudo de caso. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública estadual do ensino médio no Agreste de Pernambuco. O grêmio estudantil configura-se como um espaço que pode promover experiências participativas com os estudantes e com isso desenvolver práticas cada vez mais democráticas. Tendo em vista que o grêmio estudantil é na maioria das vezes a primeira oportunidade de os estudantes participarem de um espaço democrático e coletivo, trata-se de um incentivo, mesmo que de forma indireta, a desenvolver a participação de forma ativa. É um espaço em favor do qual precisamos reafirmar sua proposta e conquista na escola. Práticas encontradas em nosso estudo, fortalecer o grêmio estudantil é promover cada vez mais uma educação democrática.

Palavras-Chave:

Grêmio Estudantil. Participação Estudantil. Escola Democrática. Adolescentes-jovens.

Adolescent-Youth and the Student Union in public schools: questions about participation

Abstract: *This article aims to analyze the participation of students through the student union. It sought to understand the organization of the student union, how this participation in the school is being built and how it has impacted the lives of students outside the school routine. Based on qualitative methodology, specifically in a case study. The research was carried out in a state public high school in Agreste de Pernambuco. The student union is configured as a space that can promote participatory experiences with students and thereby develop increasingly democratic practices. Bearing in mind that the student union is most often the first opportunity for students to participate in a democratic and collective space, it is an incentive, even if indirectly, to develop participation actively. It is a space in*

1 Mestre em Educação Culturas e identidades. E-mail: pliniovertentes@gmail.com. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-7015-9883>.

2 Doutor em História, Professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: humbertoufrpe@gmail.com. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-6045-3453>.

favor of which we need to reaffirm your proposal and achievement at school. Practices found in our study, strengthening the student union is to increasingly promote a democratic education.

Keywords: *Student Union. Student Participation. Democratic School. Young adolescents.*

Adolescente-Juventud y Unión de Estudiantes en las escuelas públicas: cuestiones de participación

Resumen: *Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de los estudiantes a través del sindicato de estudiantes. Se buscó entender la organización del gremio estudiantil, cómo se está construyendo esta participación en la escuela y cómo ha impactado la vida de los estudiantes fuera de la rutina escolar. Basado en metodología cualitativa, específicamente en un estudio de caso. La investigación se llevó a cabo en una escuela secundaria pública estatal en Agreste de Pernambuco. La unión de estudiantes se configura como un espacio que puede promover experiencias participativas con los estudiantes y así desarrollar prácticas cada vez más democráticas. Teniendo en cuenta que el sindicato de estudiantes suele ser la primera oportunidad para que los estudiantes participen en un espacio democrático y colectivo, es un incentivo, aunque sea de forma indirecta, para desarrollar la participación de forma activa. Es un espacio a favor del cual necesitamos reafirmar tu propuesta y logro en la escuela. Prácticas encontradas en nuestro estudio, fortalecer el sindicato estudiantil es promover cada vez más una educación democrática.*

Palabras clave: *Unión de Estudiantes. Participación de los Estudiantes. Escuela democrática. Adolescentes jóvenes.*

Introdução

Para a efetivação de um projeto de uma educação escolar democrática, em que esteja assegurado o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos dos estudantes, é de fundamental relevância a promoção do protagonismo infantojuvenil como elemento central no processo educativo.

De acordo com o professor Eduardo Chaves (CHAVES, 2016), a participação estudantil, tanto na escola quanto na comunidade e sociedade na qual está inserida, é tão significativa que a aprendizagem transborda o espaço escolar, sendo um ganho bastante significativo para toda a sociedade, pois é dessa maneira que o jovem pratica ações democráticas.

Na ideia do protagonismo juvenil apresentada acima, o estudante participa de todas as etapas da organização escolar. Encontra-se assegurado pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente*, no inciso IV do artigo 52, o direito da criança e do adolescente à organização e participação em entidades estudantis. O ECA tem como princípio a concepção que nossos estudantes são “sujeitos dos direitos”.

Consideramos que, para desenvolver o protagonismo juvenil na educação, é necessária a construção de uma relação harmoniosa e dinâmica entre conhecimento, participação e formação, fortalecendo uma educação para a cidadania. De acordo com COSTA (2000), essas são as etapas fundamentais para desenvolver o protagonismo como forma de uma participação ativa e construtiva do estudante na vida da escola e da comunidade.

Nada fácil perante o contexto no qual o estudante está inserido. A partir da pesquisa realizada, resultado da dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, percebemos que boa parte das escolas brasileiras ainda não se apresentam como espaço de promoção para o protagonismo infantojuvenil por meio dos grêmios estudantis. De acordo com Rafael Yus, em seu livro *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*: “A escola deve ser um espaço social regido por critérios de participação inspirados na mesma filosofia que alimenta os sistemas

democráticos, porém é esperado que estas realizações educativas contribuam decisivamente para impulsionar projetos de transformação social” (YUS, 2002, p. 155).

O grêmio estudantil poderá contribuir com a escola nesse processo de fomento do protagonismo dos estudantes, tanto através da participação do grêmio, que deve assumir práticas voluntárias e comunitárias, quanto por meio do desenvolvimento das atividades educativas.

O presente artigo objetiva analisar a organização do grêmio estudantil de uma escola de referência em ensino médio da rede estadual, localizada no Agreste de Pernambuco. Partimos do problema central de como vem sendo construída a participação estudantil em uma escola localizada no interior do estado e seus impactos na vida dos estudantes para além da escola e do cotidiano escolar.

No Brasil, a partir do período de redemocratização, assistimos a uma produção de vários dispositivos legais que asseguram a participação dos estudantes no espaço escolar. A promulgação da Lei nº 7.398, de novembro de 1985, garante a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio, afirmando o direito dos estudantes a se organizarem em grêmios estudantis [secundaristas]).

Nesse contexto, nasce e fomenta sua expressividade dentro do ambiente escolar em consonância com a própria finalidade da educação expressada no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 assumida pelo ECA: “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Também na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 3º, apresenta os princípios que norteiam o ensino, entre os quais: igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições de ensino, liberdade para aprender, ensinar e pesquisar, respeito ao pluralismo de ideias e à liberdade, gestão democrática e diversidade étnico-racial.

Nesse artigo estão elencados os princípios que norteiam o ensino, que estão vinculados diretamente a uma educação alicerçada em valores como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o pensamento crítico e criativo.

O *Estatuto da Juventude*, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, tem como princípios a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, a valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações, reconhecimento dos jovens como sujeitos dos direitos universais, respeito à diversidade individual e coletiva dos jovens, promoção da vida, da cultura e da paz e a valorização dos diálogos e convívios dos jovens com as demais gerações.

Os sujeitos da pesquisa foram estudantes participantes do grêmio estudantil, que têm em média 15 anos de idade. Nos fundamentos no *Estatuto da Criança e do Adolescente*, estabelece-se que adolescente é a pessoa que se encontra na faixa etária entre doze anos completos e dezoito anos incompletos (BRASIL, 1990). Já no *Estatuto da Juventude*, o indivíduo na faixa etária dos 15 aos 18 anos de idade é considerado jovem.

Portanto, por entender que os estudantes são sujeitos dos direitos, não pretendemos com este artigo classificar os estudantes em uma categoria ou outra, mas problematizar tais conceitos, partimos do pressuposto que os estudantes são sujeitos dos direitos assegurados tanto no estatuto da criança e do adolescente quanto no estatuto da juventude. Compreendemos que os estudantes desta pesquisa são “adolescentes-jovens”, expressão que vem sendo problematizada nas pesquisas desenvolvidas pelo historiador Humberto Miranda. Os conceitos de adolescência e juventude são produzidos historicamente, segundo Miranda (2017), e variam de acordo com o tempo e o espaço. De acordo com a professora e pesquisadora Juliana Alves de Andrade (2018), precisamos compreender que adolescências e juventudes correspondem a uma categoria social e que são construídas a partir de dimensões culturais.

Ao tomarmos esse cuidado de classificar os sujeitos da pesquisa, reconhecemos a potencialidade dos adolescentes-jovens e suas capacidades para lembrar, refletir e projetar-se. Com isso, lançamos mão das perspectivas que concebem a infância e adolescência a partir de uma

lógica de “devir a ser” e passamos a defender a ideia de sujeitos de direito, portanto, sujeitos plenos no agora e não num “vir-a ser” ou alguém que “ainda não é”. (ANDRADE, 2018, p. 94).

Acreditamos que os estudantes do grêmio estudantil são capazes de compreender e apresentar esse contexto vivenciado apenas por eles, pois, como adolescentes-jovens, são capazes de sinalizar anseios e desejos. Sendo assim, a escola é um lugar propício para fomentar a participação de forma ativa desses estudantes.

Consideramos a escola, principalmente a rede pública de ensino, como espaço para a promoção do desenvolvimento da consciência política do indivíduo. Nesse sentido, à escola cabe assegurar o sentimento republicano que contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social e como prática emancipatória.

Essa organização estudantil nas escolas secundaristas recebe o nome de grêmio estudantil. É uma organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ela permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ações tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O grêmio é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de lutas por direitos.

O grêmio estudantil é um espaço organizado destinado a debates e discussões de interesses dos estudantes dentro da escola em meio ao processo educacional e até mesmo da comunidade escolar, em que pesem os princípios da democracia e da participação. Tem como atribuição central incentivar a participação dos alunos nas decisões da escola, aperfeiçoando os mecanismos de uma escola democrática. De fato, esse núcleo organizativo é considerado uma das primeiras possibilidades orgânicas que os adolescentes têm de participação na sociedade, colocando-se como voz ativa nas decisões da escola, entre elas: reuniões de pais e mestres, conselho escolar e calendário da escola.

Caminhos da pesquisa

Esse artigo é de caráter qualitativo. Pretende responder questões particulares vivenciadas em uma escola do programa de educação integral de Pernambuco no ensino médio e a respeito de ações do grêmio estudantil da instituição. As abordagens qualitativas de pesquisa estão fundamentadas numa perspectiva que nos permite conhecer como se dá o processo construído socialmente na interação dos sujeitos no seu cotidiano, transformando-a e sendo por ela transformados.

No livro *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, no capítulo “A construção do projeto de pesquisa”, a autora Suely Ferreira Deslandes (2002) aborda que esse tipo de pesquisa enquadra-se nas Ciências Sociais, por estar interligada a níveis de realidade que não podem ser quantificados. Pretendemos no geral analisar a organização do grêmio estudantil de uma escola de referência em ensino médio do Agreste de Pernambuco como alcance à participação estudantil e seus impactos na vida dos estudantes e no cotidiano escolar. Sendo assim, trata-se de um universo de motivos, significados, crenças, valores e atitudes, um conjunto de fenômenos humanos. O universo desses fenômenos e ações humanas abrange aspectos tais como: agir, pensar e interpretar faz parte do mundo que é o lugar onde se dão as relações, representações e intencionalidades humanas. Portanto, o objetivo da pesquisa é ser uma abordagem qualitativa, pois dificilmente tais fenômenos poderiam ser traduzidos em indicadores e números quantitativos, como afirma Deslandes (2002).

Antônio Carlos Gomes da Costa (2000) esclarece que a escola tem o desafio de propiciar aos estudantes seu envolvimento na solução de problemas reais de seu entorno, sem perder de vista a teoria, como sendo via de conceituação da prática.

Os sujeitos desta pesquisa serão seis estudantes com idades entre 15 e 18 anos. O grêmio da instituição de ensino foi fundado em 30 de abril de 2001, de acordo com o termo de abertura do livro de atas, mesmo dia em que foi realizada a primeira votação para compor o grêmio.

Durante a pesquisa, utilizamos enquanto instrumento para a coleta de dados um diário de campo para anotações do pesquisador durante as visitas na escola, com a finalidade de registrar acontecimentos relevantes. Também utilizamos um gravador de voz para registrar áudios durante os grupos focais com isso garantir a qualidade dos registros, transparência e fidedignidade no processo de investigação.

As pesquisas em educação vêm tomando novos rumos. Anteriormente estavam relacionadas com problemáticas gerais ou comuns, mas passaram cada vez mais a ir ao encontro de fenômenos interligados ao contexto escolar e à dinâmica social que interferem diretamente na vivência da escola, como observa André (2001).

As questões a serem perseguidas na área da educação são ainda tantas e de tamanha variedade que não podemos nos perder em polêmicas que só nos deixaram cada vez mais distantes da realidade. São tantas as perguntas relevantes que ainda não foram formuladas, tantas as problemáticas que ainda precisamos conhecer, que sobram espaços para todo tipo de investigação, desde que se cuide da sistematização e controle dos dados. Que o trabalho de pesquisa seja devidamente planejado, que os dados sejam coletados mediante procedimentos rigorosos, que a análise seja densa e fundamentada e que o relatório descreva claramente o processo seguindo os resultados alcançados. (ANDRÉ, 2001, p. 57).

Diante disso, esta pesquisa se configura como um estudo de caso e tem a proposta de investigar a realidade de um grêmio estudantil de uma escola do interior de Pernambuco, com a finalidade de apresentá-lo e como estão estabelecidas as relações das participações dos estudantes gremistas na escola.

O estudo de caso tem como característica a descoberta de uma realidade de acontecimentos contemporâneos que devem ser observados em um contexto mais amplo. Segundo André (1984), as descobertas vão sendo apresentadas durante o processo de investigação. O estudo de caso deve ser entendido como um estudo empírico que investiga um fenômeno em seu contexto real, de acordo com Oliveira (2005).

Conforme Yin (2001), é uma investigação empírica usada em especial quando não estão definidos de forma simples os limites entre o fenômeno e contexto da vida real. Outra característica do estudo de caso é a investigação de um sujeito ou grupo de forma singular, sendo essa a característica que torna o estudo de caso uma abordagem metodológica pertinente para esta pesquisa.

Realizamos três grupos focais com seis estudantes gremistas, ocupantes do mandato 2018/2019, considerando que, de acordo com a literatura, um quantitativo ideal é de seis a quinze participantes por grupo. Dessa forma, pudemos alcançar aquilo que Pizzol (2004) considera como mais importante: a efetiva participação dos integrantes nas discussões.

Utilizamos a análise documental para compreendermos melhor a dinâmica escolar entre gremistas e instituição, tendo em vista que o documento é resultado de uma construção histórica, de uma determinada época (tempo) e lugar (sociedade). Para Abreu (2008), o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que nela detinham o poder.

Para os autores, a análise documental levanta materiais que ainda não receberam um tratamento analítico suficiente, que em nosso caso foram o Projeto Político-Pedagógico, regimento escolar da instituição e livros de atas do grêmio estudantil.

Com os dados coletados através dos documentos e das transcrições dos grupos focais, chegou a hora da análise dos dados obtidos (interpretar e interferir). A análise de conteúdo foi a que melhor se enquadrou na nossa proposta, pois Bardin (1977) apresenta a análise de conteúdo com o foco em qualificar as vivências e percepções do sujeito sobre um determinado objeto e seus fenômenos.

A ética na pesquisa acadêmica perpassa por todo processo, não apenas entre pesquisadores e interlocutores, segundo Gauthier (1987), desde a escolha do tema, coleta e construção dos dados, da mesma forma nas análises e conclusões da pesquisa. Sendo assim, a dimensão ética é a parte

intrínseca de qualquer pesquisa e refere-se às relações de boa convivência, respeito aos direitos do outro e ao bem-estar de todos (FIORENTINI, 2009).

Segundo Portelli (1997), esse tipo de acordo serve para proteger os envolvidos na pesquisa, tanto pesquisadores quanto interlocutores. Optaram por permitir-lhes escolherem os nomes que queriam que constassem nas produções. Foi uma maneira que encontramos para o reconhecimento de tais crianças e adolescentes enquanto sujeitos de cultura na construção do texto escrito através de suas vivências.

Portanto, levamos essa proposta aos estudantes interlocutores envolvidos na pesquisa, dando-lhes a opção de escolherem como gostariam de ser chamados, com a finalidade do seu reconhecimento na construção dessa produção acadêmica. Na ocasião, todos aceitaram e escolheram os nomes que gostariam que constassem nesta pesquisa. Questionados sobre a escolha dos respectivos nomes, verificamos que sempre respondiam que suas escolhas estavam relacionadas a denominações de protagonistas de séries ou filmes. Vale ressaltar que os nomes que aparecem por todo esse artigo não são os nomes reais dos estudantes, como também os cargos que eles exerceram no grêmio. Por isso, sempre colocaremos os nomes e os cargos de forma aleatória para que seja mantido total sigilo e respeito aos estudantes.

Consideramos que esses adolescentes-jovens são atores sociais, enquanto sujeitos que estão atuando ativamente na transformação da comunidade em que vivem. Portanto, firmamos com eles a parceria na construção desta pesquisa com a intenção de que ocupassem os seus lugares de protagonistas neste processo através do qual nos adequamos aos métodos e técnicas com o intuito de desenvolver este artigo.

Atuação de grêmio estudantil: olhares e relatos

A escola é um lugar de encontros e relações de diversas tribos e gerações. É um local para socializar as vivências e projetar os sonhos para o futuro como também um espaço de tensões. Compreendemos que a formação dos sujeitos (crianças e adolescentes), assim como o processo de aprendizagem, ocorre em diversos espaços educativos, não sendo mais importantes que a escola no papel de desenvolvimento humano. A escola continua a ser um espaço importante para os diversos segmentos da população brasileira. A escola é um espaço para conviver em torno dos saberes construídos ao longo do tempo, que proporciona oportunidades de exposições, debates, críticas e soluções de problemáticas, específicas ou gerais. Ela constitui um campo de relações entre diversos sujeitos, tais como estudantes, professores, equipe gestora e comunidade escolar. É um lócus onde se encontram pais, responsáveis e famílias em suas diversas composições.

“Não é só aprender a conviver com o mundo, e sim com as pessoas diferentes” (Camila, diretora de esportes do grêmio estudantil). Camila nos traz que a escola vai além de um lugar que apenas transpõe o saber e onde se troca conhecimento. É onde se constituem as culturas escolares em seus contextos singulares de forma heterogênea. De acordo com Forquin (1993), essa cultura escolar é dotada de uma dinâmica própria, com relações complexas e determinadas a partir de um modelo redutível. Sobre isso, Vidal (2003, p. 19), afirma que ela é “constituída pela apropriação criativa de modelos, baseados entre determinantes sociais e históricas e as urgências próprias da organização e do funcionamento escolares”.

Durante os nossos grupos focais, algumas perguntas surgiram, como: “tem alguma coisa que vocês mudariam nesta escola?”. Elyza parou um pouco e disse: “nem paramos para pensar nisso”. Já a estudante Carla afirmou que “ter um psicólogo aqui na escola seria de grande ajuda para os estudantes”. Quando pensamos no fazer profissional do psicólogo, lembramos logo da escuta qualificada. A estudante falar sobre esse ponto nos remete à fala de uma professora que estava desenvolvendo, segundo ela, uma roda de conversas.

É útil considerar a esse respeito que:

A escola adquire, cada vez mais, um papel insubstituível como instância mediadora, ao estabelecer o vínculo entre as novas gerações e a cultura acumulada, sobretudo à medida que a sociedade contemporânea tem-se tornado cada vez mais complexa. (ARANHA, 2014, p. 118).

No decorrer do grupo focal, os estudantes gremistas colocaram a escola como um lugar de ascensão social, lugar onde se constrói um futuro promissor. É o que Cristian diz sobre o significado do que é a escola: “é tudo, a base onde começa seu futuro, traz muitas oportunidades”. De acordo com Peres e Barbosa (2017), a escola é constituída de diversidade de conhecimentos, valores, crenças e normas, que é transmitida e reproduzida pelos estudantes, sendo de fundamental importância para construir sua identidade.

De acordo com Peres e Barbosa (2017), o ensino médio tem ocupado, nos últimos anos, grande espaço nas discussões sobre a educação brasileira. De forma geral, problematizam-se a estrutura, os conteúdos e as condições atuais, que estão bastante distantes de atender as necessidades dos estudantes, tanto na formação para a cidadania quanto para o mercado de trabalho.

Mosé (2013) afirma que essa falta de conexão entre a escola e a sociedade não é apenas prejudicial aos estudantes, mas também às relações humanas, à prática da justiça social e ao exercício da cidadania. A escola precisa oportunizar que estudantes tenham uma educação mais conectada com as questões humanas, sociais e planetárias. Desconectar os estudantes dessas questões é um modo de controle excludente da sociedade. O estudante tem o direito de desenvolver um raciocínio crítico e completo, assim como direito à moradia, à alimentação, à saúde e ao lazer, entre outros. Com isso, vê-se que é necessário articular sua vida em diversos aspectos com fatores da realidade além dos muros da escola, quebrando, assim, a imposição limitante que lhes é imposta.

A educação, especificamente a instituição escola, foi construída através de um processo de colonização, de tal forma que sua colonialidade está presente até os dias atuais e sua expressão de poder permanece no cotidiano dessas instituições. Essa construção reconheceu que apenas as escolas são a forma de escolarizar uma sociedade, o que descarta outros meios e lócus de educação, de acordo com Barbosa (2007). A escolaridade não garantiu o acesso à cultura para crianças e adolescentes, criando um campo de tensões entre escola e estudantes.

Superar ou minimizar tais tensões é compreender que os estudantes na verdade fazem e constroem essa cultura. Sarmiento (1997) propõe a noção de reprodução interpretativa como sendo uma compreensão ativa no mundo, pois crianças não apenas internalizam como também contribuem na construção no todo da sociedade. Essa cultura elaborada pelos estudantes é resultante da “apropriação criativa” que eles realizam a partir das informações do mundo adulto para formular seus próprios saberes enquanto grupos, de acordo com Barbosa (2007).

Perguntamos como os estudantes compreendem o grêmio estudantil. A primeira estudante a falar foi Camila, que afirmou: “Eu nem sabia o que era”. Sua resposta nos leva a dizer que tal escola apenas oficializa o que algumas leis e parâmetros ordenam que a unidade de ensino cumpra, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e Lei do Grêmio Livre de 1985. Mas também tivemos os relatos dos estudantes Cristian e Karollyne: “Acho que o grêmio é o porta-voz dos estudantes na escola, que os adolescentes não têm tanta voz, e o grêmio é importante na escola porque repassa tudo para o grêmio e o grêmio vai lutar por aquilo que o jovem quer e se tem alguma possibilidade de acontecer” (Cristian, gremista, gestão 2018/2019); “É como se fosse uma ponte entre a direção e os estudantes. Quando os alunos precisam de alguma coisa, o grêmio vai se mobilizar, vai na secretaria e tenta resolver” (Karollyne, gremista, gestão 2018/2019).

Já os relatos de Cristian e Karollyne são mais parecidos no significado a respeito do que seria um grêmio estudantil. De acordo com a pesquisadora Andreia Aparecida Prado (2016), o grêmio

estudantil é uma instância composta por um colegiado de representação máxima dos estudantes de uma escola. Colegiado esse formado por discentes que constituíram uma chapa, concorreram a uma eleição realizada na escola e a venceram, obtendo um mandato de um ano. No caso da entidade abordada nesta pesquisa, o mandato foi de 2018 a 2019, sendo o grêmio em questão composto por 12 estudantes, dos quais apenas seis aceitaram participar da pesquisa, após conhecerem nosso objetivo e metodologia. Os demais alegaram que o trabalho os impossibilitaria de participar, tendo em vista que nossos grupos focais foram realizados nos dias em que esses alunos não tinham aulas no período da tarde, às quartas e quintas-feiras.

Os estudantes gremistas não compreendem que são sujeitos de direitos, assim como preconiza o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, e que têm alguns direitos violados. De acordo com os seus relatos, eles não têm tempo de participar do horário destinado ao almoço, para descansar, jogar ou conversar, pois estão realizando funções administrativas que ultrapassam e atrapalham suas ações enquanto grêmio. Seria um tempo destinado a reuniões, conversas, oficinas e debates.

Com isso, abordamos com quem os estudantes gremistas podem contar para contribuir com o grêmio, para sanar dúvidas, acompanhar algumas ações, dar sugestões de leituras sobre temas a serem tratados. Karollyne afirmou: “não”. Cristian disse: “não, o grêmio trabalha muito só”. Já Camila discordou um pouco dos colegas e afirmou: “temos, assim, quando queremos alguma coisa, temos que falar com a direção e apresentar as ideias, sim ou não”. Mas ela concordou com os demais quanto ao fato de eles não terem nenhum incentivo por parte da gestora e professores.

É bom não esquecer que os professores representam os mais diversificados papéis. Além de transmitir conhecimentos, que promovam o desenvolvimento de habilidades específicas geradoras de novas competências e provocar nos alunos novas atitudes, formar valores e despertar interesses, cabe-lhes, ainda, avaliar todos esses espectros cognitivos e não-cognitivos, na medida do possível. (VIANNA, 2007, p. 7).

Sendo assim, se os educadores que tanto reclamam de uma juventude que não quer nada e nem sabe para onde quer ir, por que não contribuir com o colegiado que está presente no cotidiano escolar e dele faz parte? Em nosso caso específico, trata-se de uma escola de tempo integral, onde o professor passa o dia todo, diferentemente de outras realidades. Será que os professores estão apenas preocupados com questões conteudistas?

Para ilustrar a resposta a essa pergunta, trazemos a fala de Cristian: “os professores deveriam estar junto ao grêmio, eles sabem quais os direitos, deveriam ter uma reunião para falar sobre isso”.

Portanto, o grêmio estudantil precisa dessa construção coletiva para que suas ações sejam mais significativas que as festividades nas escolas, para que ele ocupe seu espaço de fato, que é a tomada de decisões na escola. Dessa forma, será possível refletir o que é apreendido na sala de aula em ações mais coletivas e democráticas. Para Souza (2003), a democracia não pode ser imposta, pois precisa ser construída, ensinada e aprendida.

Sendo um espaço de construção social, mesmo que de forma controlada por adultos, o grêmio estudantil, ainda que de forma tímida em suas ações, contribui para a formação cidadã dos estudantes, quando se sentem cobrados por algo e percebem a necessidade de uma melhor comunicação e convivência com os demais alunos da instituição. É o que percebemos nos depoimentos quando abordamos sobre quais mudanças os gremistas percebem que ocorreram com eles mesmos no espaço escolar. “Muita, você se ver diante de uma responsabilidade grande, você tem que estar se esforçando correndo atrás, você acaba se tornando uma pessoa mais responsável então, é uma mudança interessante” (Cristian, gremista, gestão 2018/2019).

Diante dos relatos dos estudantes da gestão do grêmio 2018/2019, compreendemos que eles cobram de si mesmos atitudes e ações como responsabilidade, atenção, escutar melhor e resolver questões, além de também receberem cobranças por parte dos demais colegas estudantes, gestores,

professores e funcionários da escola. De acordo com Paraná (2012), os grêmios estudantis são uma das mais antigas tradições da juventude, cumprindo desde sempre o papel de formação e desenvolvimento educacional, esportivo e cultural, pois, com essas atividades, representam para muitos estudantes os primeiros contatos com a vida social, cultural e política.

O grêmio estudantil nos ambientes educacionais é importante e necessário espaço de aprendizagem, cidadania, convivência e responsabilidade por parte dos estudantes. Mesmo de forma tímida, é um espaço de lutas por direitos. Ainda que não seja bem compreendido e manipulado pelos adultos, é onde começam algumas indagações e, com isso, contribui para reafirmar a escola pública democrática. O grêmio com suas atividades, por mais simples que sejam, representa para muitos estudantes no Brasil o primeiro contato com uma vida social, cultural e principalmente política, mesmo diante de uma escola que se diz democrática, tanto no discurso quanto em algumas normativas, como o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno, mas que no seu fazer pedagógico silencia a participação dos estudantes. Com isso, o grêmio estudantil contribui para a formação cidadã dos estudantes, mesmo na contramão do poder dos adultos, que acham que sabem de tudo, mas, na verdade, não sabem ouvir nossos estudantes.

Falar sobre grêmio estudantil remete a pensarmos em um colegiado garantido por lutas e leis composto por estudantes secundaristas (educação básica), que se reúnem para representar seus colegas em uma determinada instituição de ensino. Contudo, isso não condiz com a realidade da maioria dos grêmios estudantis, como assevera Almeida (1998), pois, mesmo com garantias legais, os estudantes não têm conhecimento pleno de seus direitos, o que se junta no cotidiano a outras dificuldades, de espaço, diálogo e apoio ao grêmio estudantil nas escolas.

Sendo o primeiro espaço de coletividade para além das instituições família e religião, que em nosso caso já são bastante presentes na vida dos estudantes, o grêmio permite aos adolescentes-jovens terem a oportunidade de se defrontarem com questões-problemas para as quais eles devem procurar resolução, em meio a conflitos que na maioria das vezes tornam visíveis divergências entre professores, gestão e alunos. Com isso, os gremistas são estimulados a desenvolverem um melhor diálogo com as partes, exercitando, assim, a forma democrática de convivência social.

Ao perguntarmos de quais outras instituições os estudantes já tinham participado, obtivemos os seguintes depoimentos. “O grêmio é a primeira, foi aqui o lugar que nos deram um cargo com mais responsabilidades” (Cristian, presidente, gestão 2018/2019). Já a estudante Camila relata que já participou de ações solidárias com grupos de jovens da igreja na comunidade rural onde vive, mas percebe que o cargo no grêmio é o de maior responsabilidade que já exerceu.

Mesmo diante da manipulação e estratégias de frear os estudantes no desenvolvimento de ações na escola, os gremistas percebem a importância de participarem da instituição de forma legal e reconhecida, tanto na escola quanto na comunidade. Ao analisar os depoimentos dos estudantes, observamos o quanto nossos adolescente-jovens não têm oportunidades de participarem de coletivos, associações, organizações não governamentais, iniciativas que em nosso caso, principalmente no interior do estado, são escassas. Quando chamamos a atenção dos adolescentes a respeito da necessidade de participarem de outras entidades, além da família e religião, percebemos que sua adesão limitada a essas esferas relaciona-se com a hierarquia rígida e estática que ainda sustenta tais instituições, o que vai de encontro com alternativas democráticas nas quais o principal objetivo é a construção do diálogo.

A falta de espaços como esses também é percebida pelos próprios jovens, que, em suas falas, relatam isso de forma objetiva e pontual, assim como no relato de Cristian: “Falta, era interessante dar oportunidade, um cargo para os jovens com mais responsabilidades para eles perceberem que estão se tornando adultos, as dificuldades que vão parecer, a necessidade de pensar como adulto”.

Diante do relato do gremista, percebemos que os alunos não se percebem empoderados de seu papel enquanto gremistas, jovens e estudantes. Para Nogueira (2010), existem lugares institucionais estabelecidos para desenvolver o empoderamento dos jovens, que permitem aos próprios

sujeitos serem transformadores de suas realidades, tendo como finalidade vencer barreiras por meio da promoção da consciência cultural.

A escola é ou deveria vir a ser uma dessas intuições de desenvolvimento do empoderamento estudantil, pois a educação desenvolve um processo construído a partir das relações sociais, que se desenvolvem no tempo histórico e têm várias dimensões no cotidiano.

Com isso, vemos que os adolescentes-jovens precisam de mecanismos que deem oportunidades de democratizar o poder por meio de espaços políticos, principalmente nas escolas, e que tenham como consequência permitir o exercício de tomadas de decisão de forma linear e democrática.

Outro ponto levantado pelos gremistas foi a falta de parceria e orientação por parte dos professores com o grêmio estudantil, partindo do princípio de que a escola deve ser uma garantidora de direitos, de modo a proporcionar uma aprendizagem que rompa com o conformismo de aceitar tudo o que lhes é imposto através do desenvolvimento de senso crítico e criativo perante seus contextos.

Os estudantes precisam ter acesso a uma educação para o exercício da cidadania, que os introduza na tarefa de construir sua própria humanização, sendo participantes ativos das várias questões inerentes a suas vivências, de modo a sair de seus lugares de plateia e passar a ser protagonistas no espetáculo de suas vidas. Para isso, o ser cidadão implica no reconhecimento e concretização de seus direitos civis, políticos e sociais (NASCIMENTO, 2018).

Reconhecê-los como cidadãos é assegurar o que foi estabelecido tanto na Constituição Federal (artigo 227) quanto no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (artigos 3º, 4º e 5º) em relação aos seus direitos fundamentais. A educação deve proporcionar ao aluno conhecimentos que o preparem tanto para a defesa de seus direitos quanto para o desempenho de suas obrigações.

Então, a educação aqui pretendida tem a difícil tarefa de conduzir o educando à *práxis* cidadã, como percurso humanizante, mirando a construção de uma sociedade onde as oportunidades educacionais, econômicas e sociais não sejam pré-determinadas – quase que como direitos reais repassados por herança, mas, ao contrário, resultante de uma sólida compreensão da Proteção Integral. (NASCIMENTO, 2018, p. 135).

Indo ao encontro do protagonismo juvenil, que é uma prática educativa para a cidadania, o adolescente-jovem deve ocupar a centralidade das ações desenvolvidas, que devem proporcionar sentidos positivos e projetos de vida, como também valores éticos, por exemplo, solidariedade e responsabilidade social (ABRAMOVAY, 2002).

A escola precisa dar suporte teórico como embasamento para os estudantes se apoderarem de seu protagonismo, para que sejam construídos espaços escolares que tenham como finalidade o diálogo com todos os envolvidos nos diversos níveis de realidade, em nosso caso: estudantes; professores; equipe gestora, funcionários da escola e toda a comunidade escolar. Dessa forma, será possível contribuir com processos educativos de formação de cidadãos ativos.

Efetivar a participação dos estudantes na rotina escolar é na verdade possibilitar-lhes enfrentar os problemas do cotidiano, como a necessidade de conviver com as diferenças, sem ser preciso aniquilar o outro ou impor seus pensamentos e convicções. Para isso, é necessário levar o aluno a perceber e refletir sobre a diferença entre resolver questões familiares e problemas institucionais, que precisam ser pautados principalmente pelo diálogo democrático. Isso implica esclarecer que o convívio escolar difere de seu convívio privado (familiar), onde seus anseios, crenças e maneiras de se comunicar não convêm no trato com pessoas, em sua maioria, totalmente diferentes. O grêmio torna-se esse espaço de proporcionar a construção cidadã, tendo em vista que é a primeira instituição pública idealizada para a participação efetiva dos estudantes.

O que se reflete nas falas dos estudantes é o desafio da escola em romper com seu histórico tradicional de ver o estudante como um ser passivo. Desenvolver nas escolas possibilidades para que o estudante seja protagonista requer mudanças no atual processo educativo.

Criar espaços ou proporcionar mecanismos que de forma eficaz oportunizem a participação estudantil é desenvolver a corresponsabilidade de uma escola melhor, de uma educação de qualidade. O estudante com autonomia é capaz de constituir um grêmio estudantil com participação consciente e efetiva, que possa derrubar os muros da própria escola e efetivar esse pertencimento de ser cidadão de sua comunidade, cidade, estado, país e planeta Terra, pois com esse pertencimento, ele irá contribuir de forma responsável para uma sociedade melhor que esteja no nível da dignidade humana.

Vejamos a fala da vice-presidente do grêmio, Eliza: “é só quando precisam da gente, nos procuram para sermos protagonistas”. A não participação dos estudantes apresenta o quanto a escola ainda não dialoga para além do seu espaço. Os estudantes trazem vivências que são barradas de debate a discussão, o que dificulta o aprimoramento da construção de um diálogo democrático, premissa para a participação estudantil. Apresentamos alguns questionamentos: quais espaços os estudantes têm para debater sobre educação para além da escola? Onde o estudante pode reclamar, perguntar ou questionar atividades, atitudes e propostas da escola? Estamos diante de um cenário opressor, no qual o estudante não se vê entendido como um ser pensante, crítico e representado.

É muito pretensioso de nossa parte querer que os estudantes sejam protagonistas em uma escola e sociedade opressoras. Precisamos pensar e construir uma sociedade onde crianças, adolescentes, jovens, pobres e negros possam romper essa herança histórica tão presente, que é a exclusão que exerce o poder sempre hierarquicamente vertical sobre o outro.

Para além da escola, os estudantes não têm acesso a como desenvolver e apoderar-se da autonomia perante o cotidiano escolar. Cristian, orador do grêmio, afirmou: “Não, além da escola não temos ninguém. Até tentamos fazer um encontro com alguns grêmios da região, mas nunca deu certo”. Depois desse depoimento, perguntamos se os estudantes conheciam o movimento estudantil. Todos se olharam e apenas dois responderam: “Não. Na verdade, eu nem sei o que é movimento estudantil”.

O próprio sistema educacional cria mecanismos para a não articulação dos próprios estudantes, a exemplo das escolas de tempo integral. Em nosso caso, quando visitávamos a escola para desenvolver nossa pesquisa, fomos orientados a apenas realizar os nossos encontros nos dias e horários em que não houvesse aulas.

Considerações finais

Investigar e analisar os estudantes de um grêmio estudantil do Agreste de Pernambuco, por fazerem parte de um espaço coletivo e democrático, é um desafio. Estar diante de um cenário nacional, no qual uma considerável parte da população vai às ruas e faz protestos em favor de uma intervenção militar e pela volta da ditadura militar, levou-nos a rever e repensar como construir espaços democráticos como o grêmio estudantil em escolas que reproduzem modelos e experiências autoritárias.

Nossas considerações finais serão apresentadas no sentido de refletirmos e discutirmos sobre o papel do grêmio estudantil em uma escola pública do ensino médio como um dos espaços para fortalecer e desenvolver a participação estudantil a priori na escola.

Precisamos levar em consideração que a escola está localizada em uma cidade de pequeno porte, que tem por volta de 15 mil habitantes, onde organizações sociais, movimentos sociais, sindicatos e o próprio movimento estudantil não fazem parte da dinâmica social do município. Portanto a cidade apresenta comportamentos e atitudes tradicionais que se fazem presentes na rotina da escola.

No decorrer dos grupos focais, os estudantes tinham receio de falar nomes e cargos com medo de as pessoas em questão saberem sobre o que eles estavam falando. Sempre que isso ocorria,

relembrávamos o nosso termo de consentimento livre e esclarecido que asseverava que eles não seriam expostos a qualquer ato vexatório e que o conteúdo gravado não seria visto por qualquer pessoa da escola. Esses comportamentos fizeram-nos perceber que ações autoritárias ainda se fazem presentes na escola. A palmatória foi abolida das unidades de ensino, mas as reprovações, as expulsões das salas de aula e o ato de ignorar os alunos são novas maneiras de frear a participação livre e autônoma dos estudantes.

Embora o grêmio estudantil nem sempre alcance efeitos significativos na participação dos alunos no cotidiano escolar, é relevante pontuar que, mesmo diante de um movimento de continuidade e descontinuidade, avanços e retrocessos, esse tipo de instituição representativa dos alunos consegue construir e desenvolver um sentimento, uma ideia de democracia participativa nos discentes. Infelizmente esse ganho não servirá plenamente para o momento que os entrevistados estão vivenciando no ensino médio em prol da luta para a transformação da escola. Mas servirá para eles exercerem seus papéis enquanto cidadãos conscientes na sociedade.

É importante pontuar que isso não aconteceu em nosso caso de forma potencial porque os estudantes nunca tiveram oportunidades de acesso a espaços que possibilitassem construir um diálogo democrático e horizontal.

Nesse sentido, esperamos que esta pesquisa subsidie não apenas a reflexão e o debate sobre o papel do grêmio estudantil como um espaço conquistado na escola, onde se possa desenvolver a participação discente, mas também possa contribuir para a ampliação e divulgação científica das pesquisas em educação com foco nos estudantes enquanto objetos e objetivos centrais, em especial no que tange à necessidade de transformação das práticas existentes que freiam e criam obstáculos à participação efetiva, criativa e autônoma dos nossos alunos. Que este estudo possa servir de incentivo para que outras pesquisas sobre a temática aprofundem e ampliem as discussões.

O grêmio estudantil é um espaço que, mesmo de forma velada e manipulada, consubstancia-se como um laboratório para os e as estudantes se confrontarem com o autoritarismo e a democracia. Dessa forma, desejamos que os discentes sejam levados a essa experiência o quanto antes em suas vidas escolares, pois, assim, no futuro teremos mais brasileiros defendendo a DEMOCRACIA.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. Brasília, DF: Unesco, 2002.
- ABREU, Roberta Melo de Andrade. *A pesquisa da própria prática pedagógica: uma ação possível?* 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Matheus Moraes da Fonseca Teodosio da. A formação da consciência histórica dos jovens no ensino médio: reflexões de um projeto promissor. *Educação Básica Revista*, Diamantina, v. 4, n. 1, p. 223-232, 2018.
- ANDRÉ, Marli. Estudo de Caso: seu potencial na educação. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, p. 51-54, maio 1984.
- ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2014.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, out. 2007. Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

- BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/C3%A7ao.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BRASIL. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.
- BRASIL. *Lei nº 12.852*, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 1 mar. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 7398*, de 4 de novembro de 1985. Ementa: Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. *Portal de legislação*, Osasco [2017?]. Disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- CHAVES, Eduardo. *Educação Centrada no Aluno*. *Blog EduTec Space*. [s.l.], 3 jan. 2016. Disponível em: <https://edutec.space/2016/01/03/educacao-centrada-no-aluno>. Acesso em: 14 set. 2017.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31-50.
- FIORENTINI, Dario. Quando acadêmicos da universidade e professores da escola básica constituem uma comunidade de prática reflexiva e investigativa. In: FIORENTINI, Dario; GRANDO, Regina Celia; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra (org.). *Práticas de formação e de pesquisa de professores que ensinam matemática*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 233-255.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GAUTHIER, Benoît (org.). *Recherche sociale: de la problématique à la collecte des données*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1987.
- MIRANDA, Humberto da Silva. De menor a jovem-adolescente: (re)pensando a legislação infanto-juvenil no Brasil. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *As juventudes e seus diferentes sujeitos*. Recife: EDUFRPE, 2017. p. 119-129.
- MOSÉ, Viviane. *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- NASCIMENTO, José Almir do. *A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- NOGUEIRA, Patrícia Simone. Juventude: construção de uma hegemonia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GRAMSCI E OS MOVIMENTOS POPULARES, 1., 2010, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Patricia_Simone_Nogueira.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. *Grêmios Estudantil: Manual*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2012. Disponível em: http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremioportal.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.
- PERES, Flávia; BARBOSA, Ezequiel Alves. Jovens do campo e projetos de vida: reflexões da psicologia histórico-cultural. In: SILVA Tarcísio Augusto Alves da (org.). *As Juventudes e seus diferentes sujeitos*. Recife: EDUFRPE, 2017. p. 83-97.
- PIZZOL, Silvia Janine Servidor de. Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 451-468, jul./set. 2004.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 13- 49, abr. 1997.

PRADO, Andreia Aparecida. Grêmio Estudantil: uma proposta de participação política e democrática na escola. *Cadernos PDE: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. Paraná: Secretaria da Educação, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uel_andreiaaparecidaprado.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.) *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997. p. 1-30.

SOUZA, Vilma de. *Juventude, solidariedade e voluntariado*. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em Educação: a observação*. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FIGUEIREDO, Luciano; GREIVAS, Cynthia (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-517.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUS, Rafael. *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Data de submissão: 26/01/2021

Data de aceite: 06/02/2021